

NEGRAS GEOGRAFIAS NO RECIFE OITOCENTISTA

Black geographies in 19th-century Recife

Bruno Maia Halley

Doutor em Geografia pela UFF e Professor Substituto da UESPI/Campo Maior, Brasil

bhalley@gmail.com

Recebido: 01.04.2022

Aceito: 01.02.2023

Resumo

O trabalho aborda as negras geografias nos “bairros-ilhas” centrais do Recife oitocentista, delimitados pelas águas dos rios Capibaribe e Beberibe na sua foz comum no Oceano Atlântico, no contexto de expansão da cidade rumo aos arredores da planície flúvio-marinha. Trilhando por esta geografia histórica, revisita-se a modernização e higienização nos bairros do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista, destacando o controle e a repressão da época, mas igualmente os territórios de resistência de africanos escravizados, libertos, livres, pardos e crioulos. Também se destaca o deslocamento dos xangôs dos bairros centrais rumo aos “arredores-esconderijos” do rio Beberibe, com os terreiros conformando um verdadeira “Catimbolândia”, na divisa com a cidade de Olinda.

Palavras-chave: Recife Oitocentista; Negras Geografias; “bairros-ilhas”; “arredores-esconderijos”; Rio Beberibe; “Catimbolândia”.

Abstract

This work approaches the black geographies on the central “islands neighbourhoods” of the 19th century Recife, delimited by the waters of the Capibaribe and the Beberibe rivers at their common mouth in the Atlantic Ocean, in the context of the expansion of the city towards the surroundings of the fluvial-maritime plain. Tweed through this historical geography, modernization and sanitation in the neighbourhoods of Recife, Santo Antônio, São José and Boa Vista are revisited, highlighting the control and repression of the time, but also the resistance territories of enslaved, freed, free “pardos” and creoles Africans. It also highlights the displacement of the xangôs of the central neighbourhoods towards the “surrounding hideouts” of the Beberibe river, with the “terreiros” forming a true “Catimbolândia” on the border with the city of Olinda.

Keywords: 19th-century Recife; black geographies; “neighbourhood-islands”; surrounding hideouts; Beberibe River; “Catimbolândia”.

1. NOTAS INICIAIS

Ao longo da centúria oitocentista, a geografia do Recife em seus “bairros-ilhas” centrais conformou uma “cidade negra” (CHALLOUB, 1998), concentrando arranjos de amizades, vizinhança, trabalho, igrejas, irmandades, maracatus e xangôs entre africanos escravizados, libertos, livres, pardos e crioulos que se imiscuíam pelos bairros do Recife,

Santo Antônio, São José e Boa Vista. A cidade estava imersa num projeto de modernização centrado na construção da europeia “Veneza Americana”, com suas pontes, sobrados, prédios públicos e novos hábitos. A expansão, modernização e higienização deste centro quase insular, circundado pelas águas dos rios Capibaribe e Beberibe no encontro com o Oceano Atlântico, engendrou o deslocamento das populações pobres para os arredores, com os negros rumando em direção aos “arredores-esconderijos” do Beberibe, que se configuravam no maior reduto de xangôs entre o Recife e Olinda no início do século XX, uma verdadeira “Catimbolândia” (HALLEY, 2017).

À luz deste contexto, objetiva-se neste artigo descrever não somente os bairros do Recife no período escravista do século XIX, mas, especialmente, suas negras geografias materializadas em territórios de resistência frente ao sistema opressor e no contexto de expansão da cidade rumo aos arredores. Com efeito, inicia-se essa geografia histórica pelo bairro portuário do Recife, e, em seguida, pelas ilhas de Santo Antônio e Boa Vista, até alcançar os xangôs do Beberibe. Neste percurso, registra-se a modernização da cidade, seu controle e repressão sobre os povos negros, mas também suas resistências e territórios (locais de moradia, trabalho, pontos de encontro, ruas, praças etc.).

Do ponto de vista metodológico, procurou-se cartografar estas negras geografias à luz de estudos realizados por historiadores, como Marcus J. M. de Carvalho (2010) e Valéria G. Costa (2013), que também buscaram reconstruir cartografias negras do Recife no século XIX. Além disso, as cartografias produzidas basearam-se em dados sobre o número de livres e cativos nos bairros centrais da capital pernambucana, em especial as contagens de 1828 e 1856, e o censo do Império de 1872.¹ Também foram revisitadas as descrições da cidade realizadas por viajantes e cronistas - como Antônio Pedro de Figueiredo (1992), de 1857 -, e as normas de controle sobre os negros pelas autoridades políticas, religiosas e médico-higienistas, cujas ações foram publicadas em jornais da época. A partir destas fontes elaborou-se a figura 01 - *Principais espaços da presença negra no centro do Recife no século XIX*, que procura visibilizar os territórios de resistência negra na cidade escravista do passado, servindo também de guia prático para o artigo ora apresentado.

¹ Os dados das contagens da província de Pernambuco (1828 e 1856) e do recenseamento do Império no Brasil (1872) foram obtidos nas seguintes fontes, respectivamente: FIGUEIRA DE MELLO, J. M. *Ensaio sobre a estatística civil e política de Pernambuco*. Recife, 1852; reedição: Recife, Conselho Estadual de Cultura, 1979 (*apud* CARVALHO, 2010); Arquivo Público Estadual (Recife): “Relação Numérica da População Livre e Escrava do Primeiro Distrito do Termo do Recife”, 10/01/1856 (*apud* CARVALHO, 2010); e Dados do Primeiro Recenseamento da População Geral do Império (*apud* COSTA, 2013).

2. DOS “BAIRROS-ILHAS” AOS ARREDORES: TERRITÓRIOS NEGROS NO RECIFE OITOCENTISTA

Na centúria oitocentista, o Recife revelava traços comuns a outras cidades escravistas no Brasil. Configurava a terceira capital do Império, atrás do Rio de Janeiro, onde havia a Corte, e de Salvador, antiga sede do governo colonial. As ruas e feiras eram repletas de ambulantes, negros de ganho e de aluguel. Outros trabalhavam em diversos ofícios. A escravidão suntuária estava nas casas ricas: mucamas, guarda-costas, amas de leite, moleques de recado, engomadeiras, cocheiros e negras para o “serviço de homens solteiros” (CARVALHO, 2010).

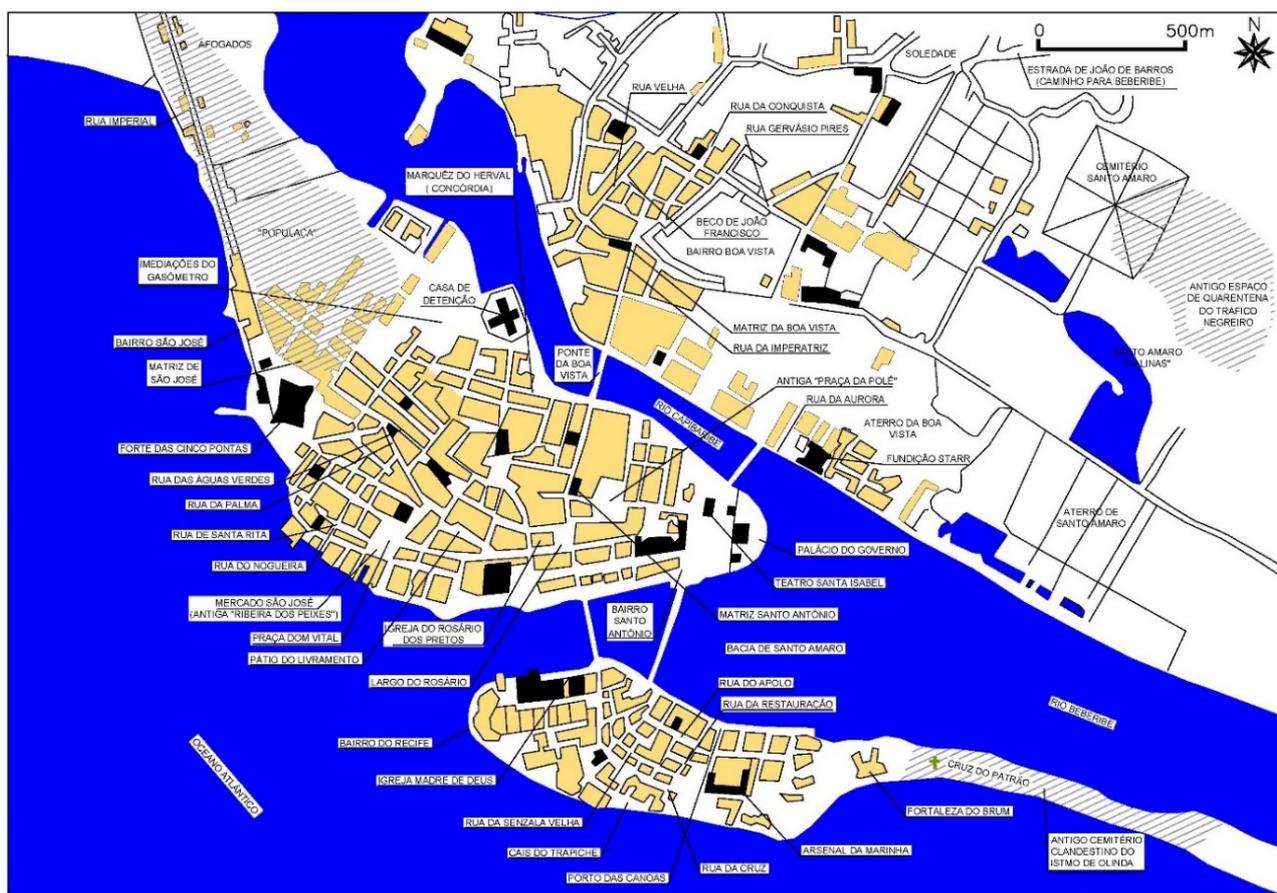


Figura 1 - Principais espaços da presença negra no centro do Recife no século XIX (baseado na “Planta do Bairro do Recife e do Porto de PE”, de 1854). **Fontes:** Costa (2013); Carvalho (2010); Figueiredo (1992), entre outros. Desenho: Halley (2017).

Semelhantemente também a outras cidades negras, o Recife oitocentista assistia uma série de mudanças no seu espaço. Após a vinda da família real ao Rio de Janeiro, em 1808, a preocupação com o ordenamento das vilas e cidades do Brasil ocorreu em consonância ao advento de uma “medicina higienista” no país assentada na prevenção dos indivíduos sãos e trabalhadores, intervindo sobre os possíveis focos de epidemias,

inclusive nos maus hábitos e costumes da população. Objetivava-se controlar e formar um novo cidadão, inofensivo, trabalhador e pleno de saúde, antecipando-se às transformações industriais (OUTTES, 1991; MACHADO, 1978).

O controle médico se consolidou com a criação das “câmaras municipais”, que aplicavam posturas policiais como mecanismos de ordenar a população quanto aos serviços de limpeza, transporte, salubridade, moralidade, entre outros.² As “posturas municipais” do Recife foram sancionadas em 1831. Por influência das escolas médicas do Rio de Janeiro e Salvador, também se fundou a Sociedade de Medicina de Pernambuco, em 1841. Na ótica dos médicos, a geografia aquática do Recife e suas ruas sujas e infectadas representavam ameaças epidêmicas devido à exalação dos temidos “miasmas”. As ruas sujas também preocupavam o Conselho Geral de Salubridade, que indicava medidas profiláticas, sobretudo entre os negros (ARAÚJO, 2007).

A higienização, modernização e expansão da cidade teve como marco o governo de Francisco do Rêgo Barros (1837-1844), o “Conde da Boa Vista”. Tributa-se à sua administração, a abertura de estradas do interior rumo à capital, construção de cemitério, de ponte pênsil, criação de sistema de lampiões, de companhia d’água, reforma do Palácio do Governo, entre outras ações. Neste período, chegou ao Recife uma missão francesa, chefiada pelo engenheiro Louis Vauthier, com o objetivo de modernizar o traçado de ruas e quadras, edificar prédios e elaborar planos de expansão através do aterro de alagados e abertura de estradas com planos racionais e sanitários (ANDRADE, 1979).

Neste período, nunca foi tão evidente a normatização e “europeização” do Recife, com o saber científico-racional contrapondo-se a um saber tido como “primitivo-irracional”. A lógica civilizatória tratava de controlar aquilo considerado como “atrasado”. Fazia-se mister suprimir as heranças coloniais, distanciando os cidadãos da “Veneza Americana” das influências africanas. Por conseguinte, aos negros foram negados seus territórios e práticas. No entanto, para além do controle e dominação instituídos, havia uma malha de outros procedimentos que se opunha ao poder hegemônico forjado na ideia de modernidade. As camadas mais baixas, os escravizados, livres e libertos criaram vários mecanismos de resistência, assentados no costume e na tradição, procurando percorrer trilhas menos perigosas, criar laços de solidariedade e fugir da vigilância dos seus

² BRASIL – Regimento dos Municípios, Lei de 1º de Outubro de 1828 – Criando em cada cidade e vila do Império as Câmaras Municipais. (Ver especificamente, Tit. II, Art. 66).

senhores. Eles resistiam pelas “brechas”, imiscuindo por negras geografias numa cidade que, cada vez mais, se expandia rumos aos arredores.

Já na segunda metade do século XVII, novas tendências econômicas no mercado externo começaram a se refletir sobre a expansão do Recife. O advento da produção açucareira nas Antilhas provocou a queda nos preços da especiaria na Europa, causando uma crise no setor até o fim do século XVIII. Com efeito, trabalhadores e recursos foram transferidos para o mercado interno, suscitando a criação do “agregado”. Através do arrendamento de engenhos falidos, o agregado plantava e criava às margens das estradas suburbanas, facilitando o escoamento do excedente. Foram estes os fatores de expansão do Recife rumo aos arredores repletos de sítios, hortas e roças. No século XIX, o algodão adentrou no mercado, ampliando o cultivo para o interior e a renda dos produtores, os quais adquiriam artigos importados no Recife. Com a Abertura dos Portos, em 1808, houve a elevação do preço do açúcar, afora do algodão e couro, seguido do aumento da renda. Houve também o fim do monopólio da metrópole, possibilitando transações comerciais com outros países europeus, em especial, a Inglaterra (BARRETO, 1990).

O contato com a Europa estimulou a vida urbana no Recife, elevada à condição de cidade em 1823. Ao longo do século XIX, a cidade apresentou um expressivo aumento populacional, passando dos 46.273 habitantes, em 1837, para mais de 116.000, em 1872. Segundo o censo de 1856, a população dos três bairros centrais (Recife, Santo Antônio e Boa Vista) cresceu para 40.977 pessoas, contra 25.678 calculados em 1828. Isso significa um aumento de 59,5%. Deste total, 33.270 habitantes eram “livres”, e 7.707 escravos. Em 1828, os “livres” somavam 17.743 pessoas, e os cativos 7.935 (COSTA, 2013). Como se pode notar, a população escrava se manteve quase a mesma (na casa dos 7.000). Com o fim do tráfico negreiro, em 1851, a população não cativa aumentou em mais de 85% (CARVALHO, 2010).

Deste período em diante, migrantes pobres do interior nordestino foram atraídos para o Recife, sobretudo os das grandes secas da época. Faltavam outros núcleos em Pernambuco para atração da mão-de-obra livre e liberta. As populações próximas de Olinda e Goiana (Zona da Mata pernambucana) também se deslocavam ao Recife. Nos mangues dos “bairros-ilhas”, a pobreza urbana foi se concentrando (CARVALHO, 2010). Nos espaços mais sólidos se urbanizava a cidade, abrindo-se ruas e quadras conquistadas junto aos mangues. A vinda dos ingleses também intensificou as transformações em termos de inovações, sobressaindo o desenvolvimento dos

transportes de trilhos (os trens a vapor), no final do século XIX, que engendrou a expansão do Recife rumo às antigas terras de engenhos, pouco a pouco, redefinidas em sítios de arrabaldes.

No entanto, esse crescimento não se fez de maneira geograficamente contínua, mas sim “ganglionar”, no dizer de Castro (1948). Os arredores surgiram como povoações relativamente isoladas entre si, como gânglios de ocupação, marcado por tufos de matas e sítios, persistindo até o fim do século XIX. Às margens do Capibaribe, as povoações foram formando freguesias - Poço da Panela, Madalena, Caxangá, Engenho do Meio etc. Em menor proporção, nas terras do rio Beberibe formou-se uma freguesia homônima que abrangia vários arrabaldes de Olinda.

Na geografia continental do Recife estavam os sítios de casas imponentes às margens dos rios, e os mocambos nas terras menos valorizadas (mangues e alagados). Na “cidade insular” predominavam os bairros emoldurados pelas águas do Capibaribe e Beberibe. O bairro-porto do Recife e os “bairros-ilhas” de Santo Antônio e São José mostravam-se mais “isolados” dos arredores. A Boa Vista, por sua vez, estava mal separada do continente. O estuário dos rios acabou conformando um adensamento urbano na cidade, uma unidade em face aos arredores espalhados no interior da planície, marcados por áreas de sítios, tufos de mata, alagados e alguns engenhos (CARVALHO, 2010; PEREIRA DA COSTA, 1981).

Em meados do século XIX, os bairros foram desmembrados administrativamente: o do Recife, nas freguesias de São Frei Pedro Gonçalves e “Fora de Portas”; a ilha de Santo Antônio, no bairro homônimo e no de São José; e na Boa Vista, na Soledade e Santo Amaro das Salinas. A delimitação política ampliava o controle sobre a população, sobretudo entre os negros, que refaziam seus meios de sociabilidades e resistências, conforme será destacado na sequência, principiando pelo bairro do porto do Recife.

3. BAIRRO DO RECIFE: PORTO DOS NEGROS, DOS CANOEIROS E DAS RUAS DAS SENZALAS

No dizer de Figueiredo (1992), o bairro portuário do Recife consistia no espaço mais civilizatório da capital pernambucana, a “cité”, propriamente dita. Compunha-se de ruas estreitas e tortuosas, bem movimentadas e com forte atividade mercantil derivada do porto, onde havia a circulação de mercadorias e pessoas, inclusive de escravizados da África. No seu exíguo espaço se situavam a maior parcela das chancelarias dos cônsules em Pernambuco, com também bancos, companhias contra incêndio, casas de seguro

marítimo e terrestre, trapiches de algodão e açúcar, Alfândega, o Arsenal da Marinha, as associações comerciais, a Assembleia Provincial, e as casas de compra e venda de cativos. Havia também muitas tabernas e outras casas mal afamadas, com a presença de prostitutas, em sua maioria mantidas em cativeiro.

Situado ao sul do chamado “istmo de Olinda”, para além do Forte do Buraco, da Cruz do Patrão e da Fortaleza do Brum, o bairro portuário do Recife, em meados do século XIX, possuía uma estrutura urbana de 27 ruas, 13 becos, 7 travessas e 4 largos, segundo contagem de Figueiredo (1992). Os arruamentos eram todos precários, sujos e apertados. Seus nomes aludiam uma variedade de influências – cristãos, comerciais, patrióticos, populares e excêntricos: Rua da Cruz, Madre de Deus, do Trapiche, da Moeda, da Cadeia, da Cacimba, do Amorim, da Lingueta, Travessa do Valadares, Beco das Miudinhas...

As ruas da Senzala Velha, Senzala Nova e Guia, o Beco do Tocolombó, e a Travessa das Crioulas, constituíam territórios do negro na cidade de então. Os topônimos ligados às senzalas aludiam aos depósitos de compra e venda de cativos. Em 1819, o francês Louis Tollenare descreveu um mercado de escravos repleto de “negros de todas as idades e de todos os sexos”, “[...] acorados no chão” a mastigarem “pedaços de cana”, com a pele padecendo em “pústulas repugnantes” (TOLLENARE, 1992, p. 95). Após os agitos da Independência e a confirmação da escravidão no Brasil, continuaram a existir os mercados de negros, e mesmo depois da ilegalidade do tráfico, em 1831. Por conseguinte, “os nomes das ruas da Senzala Nova e rua da Senzala Velha mantiveram-se depois da metade do século, como testemunhos da época” (CARVALHO, 2010, p. 55).

Embora o bairro do porto fosse habitado, em sua maioria, por pessoas livres (em 1872, eram 8.028 pessoas, 60% homens), havia também uma grande circulação de cativos de ganho e aluguel, lembrando índices de engenhos. Isto talvez se justifique ao se observar os números do período antecessor à ilegalidade do tráfico. No bairro, os cativos eram 44,6% da população, a maior densidade negra do Recife, com cerca de 2.640 almas, onde 60,4% eram homens, segundo contagem de 1828. Mesmo com o fim do tráfico, em 1851, o número de cativos se manteve alto. O censo de 1856 calculou 2.008 cativos e 5.968 livres (CARVALHO, 2010).

A forte presença de pessoas mantidas em cativeiro resultava do porto, dos armazéns (açúcar e algodão), e do comércio. Henry Koster (1992) assistiu à agitação dos negros falando em sua linguagem própria. O viajante também ouviu os pregões de “uma vintena de negras” gritando e comercializando seus quitutes sob as janelas e dentro dos

sobrados de senhoras brancas. Segundo Pereira da Costa (1976) havia muitos escravos domésticos e suntuários no bairro portuário. Nas casas mais ricas estavam mucamas, cozinheiras, lavadeiras e amas de leite, cujas atividades eram estendidas para as ruas nos dias de feira, como a da Rua do Bom Jesus. Homens e crianças cativos, africanos e pretos brasileiros também faziam serviços domésticos, tratando cavalos e carregando os baldes de excrementos chamados de “tigres”, que passaram a ser despejados nas cabeceiras das pontes, praias ou nos rios, a partir das normas de higiene das “posturas municipais”. Antes o destino dos tigres era sempre nas ruas (ARAÚJO, 2007).

Ainda segundo a contagem de Figueiredo (1992), em 1857, existia no bairro do Recife um total de 1.220 casas, das quais 193 possuíam um andar, outros 198 detinham dois andares, mais 166 com três, apenas 16 com quatro, e 647 somente o térreo. O alto número de casas significava a existência intensa de trabalho cativo. Além disso, o maior número de unidades térreas (647) indica as mudanças ocorridas no bairro a partir de meados do século XIX quanto ao perfil social dos moradores, composto por populações mais pobres - recém-libertos, africanos livres e cativos de ganho (MELLO, 1975).

De acordo com a historiadora Valéria Gomes Costa (2013), havia muitos africanos na Rua da Senzala Velha, angolanos e pretos de Minas de Nação Calabar, provenientes de comunidades de libertos afluentes. Na Rua da Guia e na Rua do Apolo moravam outros Minas. Para além do território do porto guarnecido por paliçada e arcos, no “Fora de Portas” habitavam os mais pobres, com alguns africanos providos de certo cabedal no Beco do Tocolombó e nas ruas do Farol e do Porto das Canoas (COSTA, 2013). Constituíam territórios negros próximos ao monumento da Cruz do Patrão, marco de navegação, onde desertores eram fuzilados e cativos pagãos eram enterrados sob as areias de quartzo da praia, conforme relatou a viajante inglesa Maria Graham (1992).

Ao se estudar o negro no Recife observa-se a singularidade do rio Beberibe em suas margens e meandros enquanto territórios da escravidão e meios de resistência dos oriundos e descendentes da África em Pernambuco. Numa margem do rio, em Santo Amaro das Salinas, havia o espaço de quarentena do tráfico negreiro e pontos de lavagem de roupa de negras de ganho, e na margem oposta havia o já citado Porto das Canoas. Neste lugar partiam os negros em canoas d’água, de condução e varejões, transportando gente, água e mercadoria, entre o Recife e Olinda. No porto fluvial constituiu-se formas de organização social associadas aos meios de trabalho, religião e resistência cultural, como a irmandade religiosa dos canoeiros, com capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição dos Canoeiros (PEREIRA DA COSTA, 1976). Com a

ocupação dos sítios às margens do Capibaribe, o uso das canoas tornou-se mais intenso, até a abertura de estradas carroçáveis e, com elas, o advento dos trilhos dos trens a vapor no final do século XIX, que decretaram o fim da “idade de ouro” das embarcações (CABRAL DE MELLO, 1992).

4. BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO: A IGREJA DO ROSÁRIO E A PRAÇA DA POLÉ

Atravessando-se as águas do Capibaribe e Beberibe, por pontes guarnecidas por arcos, chegava-se à ilha de Santo Antônio (Figura 2), outrora chamada de Antônio Vaz, onde foi edificada a *Cidade Maurícia* durante o domínio holandês no Brasil (1630-1654). Em 1844, houve a divisão administrativa desta ilha entre as freguesias de São José, mais sul, e de Santo Antônio, mais ao norte. O bairro homônimo à ilha possuía ruas ordenadas e prédios públicos, como o Palácio do Governo, a Tesouraria Geral e Provincial, a sala dos juízes, a Polícia e de Obras Públicas, o Correio e o Teatro de Santa Isabel. Segundo levantamento de Figueiredo (1992), em 1857, o bairro era mais extenso do que o portuário, possuindo 33 ruas, 20 travessas, 7 becos e 7 largos, ocupados por 1.772 casas, das quais 237 possuíam piso superior; 288 com dois andares; 112 com três; e 6 com quatro; e 1.129 somente o térreo.



Figura 2 - Entrada do Arco de Santo Antônio no bairro homônimo, na margem direita das águas conjuntas do Capibaribe e Beberibe. Na outra cabeceira da ponte, o bairro portuário do Recife. Na imagem, a presença de cativos transportando uma cadeirinha de “arruar” (o “palanquim”), de uma negra quitandeira, outra aguadeira e uma mucama. Nas águas, negros canoeiros e um lançador de “tigre” no canto esquerdo. No canto direito, negros transportam um barril. Recife, 1848. Litografia de 1848, por Sépia de H. Lewis. **Fonte:** Menezes (1988).

O bairro, portanto, compunha-se de muitos prédios e casas de comércio - boticas, armazéns, lojas de calçados, miudezas, empórios de carne, farinha, livrarias, loja de pianos, cafeteria, ourives, tipografias e mercado de escravizados. As casas de negócio estavam concentradas nas ruas da Cadeia (atual Rua do Imperador), do Crespo, do Colégio, do Cabugá, das Cruzes, e das Florentinas. No atual Largo da Independência (antiga “Praça da Polé”), havia uma “Viração” comercial, com muita venda a retalho feita por negros, que também exerciam as funções de artesãos, jornaleiros, sapateiros e alfaiates, e as mulheres faziam rendas. Havia ambulantes e a necessidade de serviços braçais, sobretudo na Rua das Florentinas onde estavam os negócios de estiva e olaria (COSTA, 2013; CAVALCANTI, 1977; MELLO, 1975).

Em 1828, a ilha de Santo Antônio possuía uma população de 10.403 livres e 3.019 cativos, em sua maioria oriundos de Angola e da Costa da Mina. Em 1856, após o fim do tráfico, a ilha abrigava 19.058 livres e 3.292 cativos. No bairro de Santo Antônio estava o maior número de cativos, com 2.170 almas, enquanto os livres somavam 8.734 pessoas (censo de 1856) (CARVALHO, 2010). Havia mais cativas nas casas e lojas comerciais, com trabalho de “portas a dentro” (nas casas e sobrados), e de “portas a fora” (nas lojas ou ruas). As negras de rua tinham maior mobilidade, provocando um terror às elites quanto à ordem, disciplina e higiene (SILVA, 2011). A Câmara restringia as ações das quitandeiras e negras de ganho, acusando-as de “artimanhas”, namoros e meretrício. Somente em 1838, houve a prisão de 169 mulheres, de acordo com Figueira de Mello (1979 *apud* CARVALHO, 2010).

Famílias abonadas residiam no bairro, onde “europeizavam” a vida nos sobrados luxuosos, no teatro e nas igrejas Matriz e do Carmo. Os negros, por sua vez, frequentavam igrejas modestas, como a de São Francisco, na Rua do Imperador, onde havia uma irmandade ligada aos libertos da Rua de Hortas, de Santa Rita (atual Pe. Muniz), do Marquês do Herval e da Palma. Também havia a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, a “igreja dos negros”, erguida no século XVII, onde havia uma irmandade afro-católica, cujos membros se organizavam em termos de poder na busca por liberdade, trabalho, moradia e garantia de cultos e rituais fúnebres (COSTA, 2013; TORRES, 1997). Desta igreja saíam procissões, como a do coroamento do “Rei e Rainha do Congo”, mesmo em face à sua proibição imposta pelas “posturas municipais”, de 1831 (FREYRE, 1968).

No coração do bairro havia a “Praça da Polé”, lócus das punições do poder escravagista até meados do século XIX. O nome remete a um instrumento bárbaro de

tortura, constituído por um poste, roldana e corda utilizada para se erguer a vítima pelos braços ou pernas. Nesta trave, a pessoa ficava pendurada, soltando-a repentinamente até quase tocar o chão. Eram os “tratos de polé” (AMARAL, 1974). A localização do “castigo” revela a estratégia do poder da época: lembrar à população as verdades do regime a partir dos seus espaços mais centrais e simbólicos. Com a modernização das ruas, as torturas foram transferidas dos espaços públicos para as casas, salas das delegacias, ou para a “Casa de Detenção”. A cadeia de estilo “panopticum” (FOUCAULT, 1996) foi construída em São José, em 1856, em substituição à primitiva Polé. A prisão tinha o objetivo de isolar os “impróprios” da cidade, “[...] só que de uma forma mais sutil, na medida em que as novas ideias de prevenção e controle eram sobrepostas à repressão pura e simples” (CARVALHO, 2010, p. 87).

5. SÃO JOSÉ E AFOGADOS: A “POPULAÇÃO DESENFREADA”

Na porção meridional da ilha de Santo Antônio encontrava-se São José. O bairro foi pensado ainda no período batavo, em 1639, como a *Nova Maurícia*, destinada às pessoas mais pobres da *Cidade Maurícia*, sede do domínio holandês no Brasil sob administração do Conde Maurício de Nassau. Contudo, o espaço existiu durante pouco tempo (seis anos). O próprio Conselho de Guerra dos Flamengos ordenou seu fim, alegando medida de contenção dos populares (COSTA, 2013). No século XIX, a ideia do progresso se propagou no Recife, com ações voltadas para a modernização, higienização e controle social. Neste contexto, houve a divisão administrativa da ilha de Santo Antônio (preconizada pelos batavos), materializando o lugar de moradia dos ricos (Santo Antônio) e o lugar dos pobres (São José) (CAVALCANTI, 1977).

Próximo ao porto, São José era lugar da pequena produção mercantil, dos artífices, de mecânicos, comerciantes e dos funcionários públicos (ARAÚJO, 2007). Também era o bairro dos grêmios de artesãos e clubes carnavalescos do século XIX. Em 1856, São José possuía 11.446 habitantes, dos quais 1.122 eram escravos, ou seja, apenas 9,8% do total. Era o bairro de menor percentual de cativos, em razão do maior nível de pobreza, com negros de ganho, pagando o jornal ao senhor e vivendo com certa autonomia em mocambos próprios. Tal situação incomodava as autoridades, temerosas de rebeliões. Já em 1829, o “Juiz de Paz de Santo Antônio proibiu o aluguel de casas a escravos para evitar “quilombos”” (CARVALHO, 2010, p. 86). Por outro lado, para os negros, a conquista de uma moradia consistia maiores redes de relações em seu território para articular alforrias e adquirir trabalhos frente à concorrência branca.

Muitos dos negros forros residiam mais ao sul da ilha de Santo Antônio, no lugar chamado “Arraial de Afogados”. O bairro de São José comunicava-se com este povoado através de uma passagem seca, a “calçada de Afogados”, que atravessava “uma planície arenosa e pantanosa coberta de mangues, [...] refúgio a miríades de caranguejos” (TOLLENARE, 1992, p. 97). Afogados era um reduto de negros, pardos e toda sorte de despossuídos, além de lugar de passagem de mercadorias. No arraial havia as ermidas da Paz, do Rosário e de São Miguel, cercadas por “[...] casinhas feitas de folhagens nas quais habita(va)m mulatos e negros livres” (TOLLENARE, 1992, p. 98), especialmente na Rua do Motocolombó. No chamado “Maracatu dos Coqueiros”, os negros tramavam suas resistências nos “esconderijos” dos manguezais e coqueiros, se reunindo em festejos e no comércio de frutas e verduras, onde muitos em fuga circulavam em anonimato entre outros livres e libertos (REAL, 1977).³

Já na primeira metade do século XIX, os bairros de Santo Antônio, São José e Afogados abrigavam a chamada “Populaça Desenfreada”, assim cunhada pela imprensa em formação, lócus de cativos, libertos, livres e brancos pobres (CARVALHO, 2010). Os insurgentes da Revolução Pernambucana (1817) e da Revolução Praieira (1848-1850) moravam na “Populaça”, onde havia uma forca na Praça do Forte das Cinco Pontas, erguida contra os rebeldes e “impróprios” da época, justamente num espaço degradante, com matadouro público e pontos de prostituição, territórios também de rebeldes e de diversos maracatus. De acordo com Costa (2013), no coração da “Populaça”, em São José, moravam muitos africanos entre 1846-1890, a maioria da Costa da Mina (50%) e de Angola (36,4%), afora outros de origem desconhecida (13,6%). Moravam na Rua Imperial, do Nogueira e do Fagundes.

Na “Ribeira dos Peixes” (Figura 3) e na Praça Dom Vital também havia uma forte presença de negros, engraxates e quitandeiras, que verbalizavam suas ofertas com seus tabuleiros de bolos, quinquilharias e miudezas de toda espécie em plena “Populaça” (CAVALCANTI, 1977). Não tardou muito, normas públicas foram aplicadas contra a circulação dos negros. A própria “Ribeira” foi substituída pelo moderno Mercado de São José, em 1875, cuja arquitetura preconizava ideias de trabalho, disciplina e higiene. Por algum tempo, o mercado afetou a vida das quitandeiras que, pouco a pouco, voltaram a circular por seu território, resistindo às imposições do poder da época contrário as heranças coloniais e africanas na cidade (SILVA, 2011).

³ Em 1845, o Diário de Pernambuco anunciava a fuga da escrava Catarina, a qual “costuma vender verduras no Maracatu dos Coqueiros”. In: DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 1º de Julho de 1845.

A regulação e disciplina impostas pelas “posturas municipais” buscavam colocar os negros, como os brancos pobres, às margens dos espaços e do mercado de trabalho. As formas de controle engendravam a diluição dos espaços de diálogo do negro, seus territórios de sobrevivência e mecanismos de resistência para além do seu lugar de moradia. A Casa de Detenção, localizada em São José, incumbia-se em isolar os indivíduos “indesejados” à imagem da “Veneza Americana” na área mais pobre da cidade. A sociedade escravista e patriarcal do Recife que aspirava ares modernos e europeus, projetava a “cidade do amanhã” a partir do controle da “cidade do passado” de influência africana. No entanto, os negros resistiram, criando táticas miúdas contra o poder formal, podendo ser apreendidas como meios e estratégias de uma “antidisciplina informal”, no dizer de Michel de Certeau (2005).



Figura 3 - Mercado de verduras e peixes do “Pátio da Penha” (“Ribeira dos Peixes”), substituído pelo Mercado de São José, em 1875. Observa-se barracas forradas por lonas defronte ao Convento da Penha, com um chafariz ao centro, com negros abastecendo d’água jarras e baldes, outros vendem peixes, frutas e verduras, com a presença de cachorros, burros e cavalos, afora outros animais, tudo em meio ao terreno insalubre do pátio. Vista do Pateo da Penha (Mercado de Verduras), 1863, de Luís Schappriz.

Fonte: Ferrez (1981).

Os controles determinados pelo “medo branco” em nome da modernidade sofreram o rebatimento dos grupos subalternizados, que se articularam em redes de solidariedade envolvendo comerciantes, vizinhos, parentes e compadres. Cativos, libertos, africanos livres, pardos e crioulos penetravam por negras geografias no Recife através de um sistema de “brechas”, imiscuindo-se pelos espaços, malgrado as imposições. Em São José, na Rua das Águas Verdes, os negros tramavam suas resistências pela entidade assistencialista chamada Sociedade Protetora dos Homens Pardos (COSTA, 2013;

MELLO, 1975). Em outros casos, as resistências ocorriam na visibilidade das manifestações culturais, como os da nação velha de Cambinda, que desfilava com grande pompa com sua rainha pelas ruas de São José - de Santa Rita, das Calçadas, e do Bom Jesus.⁴

Nestes endereços nasceram vários grêmios de artesãos e clubes carnavalescos. São José também era lugar de batuques, terreiros e maracatus, lócus de reconstrução dos laços culturais e religiosos de negros esgarçados pelo tráfico atlântico (CARVALHO, 2010). Na segunda metade do século XIX, os terreiros do bairro situavam-se “na rua das Calçadas, dos Pescadores, de S. João, do Gasômetro, e na Campina do Bode, outros ficavam na Boa Vista, na Aldeia dos 14, e Estância”, informa René Ribeiro (1978, p. 36). Na opinião de Brandão (1988), contudo, havia maracatus em São José, e não xangôs. Os maracatus consistem em folguedos carnavalescos formados por descendentes de africanos, como o Elefante, fundado em 1800, e o Leão Coroado, de 1863. Entre suas especificidades sobressaía a escolha de negros mais ligados aos xangôs, sobretudo os de linhagem nagô (REAL, 1977). Provavelmente, Ribeiro (1978) tenha apontado como localização dos xangôs as sedes dos maracatus, tidos como embriões dos terreiros, resquícios dos Reis de Congo.

Com a “europeização” das práticas e costumes no Recife oitocentista, malvistas eram as manifestações dos negros em São José, notadamente os maracatus e xangôs, duramente reprimidos pelo major Cunha Guimarães, então subdelegado do bairro, na década de 1870 (COSTA, 2013). Com o afastamento do major, os negros recuperaram seus cultos e territórios: “Num desses terreiros de São José foi visto o escravo fugitivo Joaquim”⁵, o que comprova a condição do bairro como refúgio dos xangôs pelos negros cativos, livres e libertos. Entre o fim do século XIX e começo do XX, com a expansão e modernização do Recife, os povos de terreiro se deslocaram para os arredores da cidade, sobretudo para o vale do Beberibe, formando uma “Catimbolândia”, a qual será revisitada mais adiante.

6. BOA VISTA E SOLEDADE: OS “SOBRADOS-CORTIÇOS”, AS “CASINHAS MEIA-ÁGUA” E OS MOCAMBOS

Na margem esquerda do Capibaribe situa-se São José, na outra, o bairro da Boa Vista. No século XIX, atravessava-se uma ponte homônima (Figura 4) para alcançar o

⁴ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 10 de fevereiro de 1872.

⁵ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 28 de janeiro de 1843.

bairro mal separado do continente, por onde se escoava mercadorias advindas do Sertão, interligando o núcleo urbano aos arredores. A Boa Vista configurava-se um bairro residencial, compondo-se de casas grandes voltadas para o rio, com quintais e jardins lindeiros às ruas e aos passadiços largos calcetados com macadame (RUGENDAS, 1992). O restante do bairro constituía-se de casas pequenas, com amplos terrenos, prolongando-se por estradas de terra (KOSTER, 1992).



Figura 4 - Paisagem da Ponte da Boa Vista a partir do bairro de Santo Antônio no século XIX. No rio Capibaribe, as canoas e jangadas. Na margem direita, pescadores, carroceiros, homens a cavalos, em charretes, e o “ônibus” puxados a muares sobre a ponte. No primeiro plano, uma negra transporta o filho, outra se encontra sentada no chafariz, ao lado de outros negros. No segundo plano, na margem esquerda do rio, a Boa Vista, e ao fundo o Hospital Dom Pedro II. Ponte da Boa Vista, 1863, de Luís Schappriz. **Fonte:** Ferrez (1981).

Com a expansão do Recife, o bairro se consolidou, passando a abrigar o excesso populacional do porto e da ilha de Santo Antônio. Com o crescimento urbano, delimitou-se os bairros centrais como forma de melhor planejar a cidade, passando a Boa Vista a possuir um território mais extenso. Em 1857, o bairro possuía 44 ruas, 19 travessas, três largos e três becos, contando com 1.832 edifícios, com 136 casas de um andar, 82 com dois pisos, 21 com sobrados de três andares, e 1.593 no estilo térreo, segundo Figueiredo (1992). Com o passar do tempo, formaram-se outras localidades na Boa Vista, tripartindo a geografia do bairro: a Boa Vista propriamente dita, mais central e com moradores de maior renda; a Soledade, entre o centro e os arredores, com sítios, casas e mocambos; e Santo Amaro das Salinas, antigo espaço de quarentena do tráfico negreiro, onde foi construído um cemitério, em 1851, e onde havia vários casebres.

A Boa Vista era um bairro residencial, contando com pouca atividade de comércio. Todavia, das 184 tabernas da cidade, 66 estavam nesta freguesia. No bairro do Recife havia 88 “vendas”, muito em razão da boemia portuária (FIGUEIRA DE MELLO, 1979 *apud* CARVALHO, 2010). Nas tabernas havia “bebedeira”, algazarra e confusão. A rua era em si um espaço público de lazer, vadiagem, prostituição, brigas, prisões e fugas. Como espaços de rua, as vendas acabavam por reunir esses males da época, com as autoridades e a elite econômica considerando-as ameaças, possíveis focos de “quilombos”. Com efeito, as tabernas eram sempre vigiadas e controladas pelas posturas da época, que restringiam o acesso dos negros a tais lugares (COSTA, 2013; SILVA, 2011).

O “medo branco” também se assentava nos chafarizes públicos instalados em ruas e praças, outrora frequentados por negras aguadeiras ou por vendeiras, consistindo em lugares de abastecimento d’água e pontos de encontro, onde havia algazarras, confusões e falta de higiene. A presença de negros nestas fontes configurava uma possível ameaça para as autoridades da época, temerosas do contato entre os escravizados, ocasião propícia ao exercício de suas artimanhas contra o sistema opressor. Com efeito, as “Posturas Municipais” passaram a proibir os banhos dos negros nas fontes, baseando-se em hábitos de higiene, e numa série de normas nem sempre cumpridas pelos escravizados em seus territórios de resistência (SILVA, 2011; CARVALHO, 2010).

Na Boa Vista, como nas outras freguesias, havia muitos negros, inclusive cativos de ganho que se encontravam no nexos entre a casa e a rua, entre o privado e o público. Eram mucamas, lavadeiras, engomadeiras e moleques de recado, afora pessoas ligadas ao preparo de quintais e ao despejo de “tigres”. Ainda havia àqueles de “fora de casa” nas ruas do comércio e nos pregões das feiras. Outros trabalhavam na fábrica de tecidos Gervásio Pires, que contava com 50 cativos em 1820. Na Rua da Aurora também havia a fundição Star, que contava com 10 escravos, e mais de 30, em 1848 (MELLO, 1972).

No censo de 1828, havia 6.346 pessoas residentes na Boa Vista, 2.276 eram escravos (35,8%) (CARVALHO, 2010). Mesmo após do fim do tráfico, o bairro continuou a ter um número alto de cativos. Em 1856, calculava-se 8.244 livres e 2.407 mantidos em cativeiro, com uma margem superior de mulheres. Segundo Costa (2013), em 1872, a Boa Vista também reunia o maior número de africanos libertos no Recife: 280 pessoas (37,1% do total). A imagem africana do bairro estava nos endereços do pequeno comércio, na Rua da Imperatriz, onde havia uma loja de produtos angolanos, e no atual

Coelhos, onde as pretas da Costa vendiam angus e mingaus, sofrendo coações da Câmara (COSTA, 2013).

A Soledade, por sua vez, também consistia num território negro, com cativos, libertos e livres circulando pelas ruas, misturando-se aos outros como forros, sobretudo quando de suas fugas. Os territórios dos pretos minas situavam-se na Rua da Conquista, no Beco de João Francisco e na Rua da Esperança. Na Rua Velha, morava Luzia Muniz, ligada à nação saburú (savalú) (COSTA, 2013). Havia, portanto, muitos grupos de negros, pardos, crioulos e africanos na Soledade, conformando junto com São José e Afogados, territórios da escravidão e, simultaneamente, territórios de resistência de oriundos e descendentes da África, nos “bairros-ilhas” do Recife, na segunda metade do século XIX.

A despeito da expansão da cidade rumo aos arredores, muitos livres e libertos insistiam em morar nos bairros centrais, amontoando-se em habitações precárias na busca das maiores oportunidades de trabalho. Dependentes de aluguéis tinham a opção dos “sobrados-cortiços”, com suas estruturas velhas, mal iluminadas e mal ventiladas. Neles moravam prostitutas, consistindo em “pontos de sifilização” e de atuação da polícia, com os moradores tratados como suspeitos de crimes (COSTA, 2013; FREYRE, 2004). Nos becos, também havia as “casinhas em estilo meia-água”, com porta única e quartos sem divisórias, onde moravam libertos, livres e cativos de ganho, afora amásios, mães solteiras ou famílias, velhos solitários e forros doentes. Na Soledade, estas casas eram chamadas de “Portão 11” e “Portão 16” (COSTA, 2013). Outra habitação era a “loja” ou “armazém” dos sobrados, com os negros ocupando os porões insalubres, dividindo o espaço com mantimentos ou a cavalaria. O senhorio ocupava os pisos superiores (FREYRE, 2004).

Nas décadas de 1870 e 1880, com o afrouxo da escravidão, a busca pelo sobrado aumentou, como dos “sobrados-cortiços” e das “casas em estilo meia-água”, elevando sobremaneira os preços dos aluguéis. O forte adensamento destes espaços acentuou a falta de salubridade na cidade, resultando em novas ações médicas pela “Comissão de Higiene Pública de Pernambuco”. Os bairros do Recife, Santo Antônio e São José já se mostravam bastante ocupados, com o manguezal mais retraído em razão dos aterros realizados por livres e libertos, e brancos pobres. Em simultâneo, a expansão do porto suscitou o deslocamento dessa população para o “Fora de Portas” e Afogados, que passou a reconstruir seus arranjos de moradia, trabalho e negócio (COSTA, 2013). Também na Soledade, Capunga e Santo Amaro, os negros foram erguendo casas térreas e “mocambos” - cubículos de paus de fileiras e barro batido a sopapo, cobertos por palhas

de coqueiro, fixados nos terrenos mal consolidados da maré ou em terras firmes de sítios, vizinhas às casas senhoriais. Os casebres eram “[...] cumbucas negras boiando nas águas. [...] verdadeira senzala remanescente fracionada em torno às Casas Grandes da Veneza Americana” (CASTRO, 1968, p. 17).

A conquista de um território possibilitou ao negro desmaranhar-se das redes de dependência senhorial, afora das despesas dos aluguéis do centro densamente ocupado, criando a partir de sua residência, variadas táticas de resistências envolvendo parentes e vizinhos, como também rendeiros, sitiantes e lavradores das terras ocupadas. Logo, as habitações constituíam verdadeiras unidades de liberdade, solidariedade e resistência negra em face às imposições advindas dos sobrados patriarcais. A própria estrutura do mocambo facilitava a mobilidade dos negros, retirando ou abandonando às habitações quando do confronto com a polícia e controle da ordem vigente que concebia as moradias como espaços degradantes (COSTA, 2013; FREYRE, 2004).

7. NOTAS FINAIS: A “CATIMBOLÂNDIA” NOS “ARREDORES-ESCONDERIJOS” DO BEBERIBE

Durante o século XIX, várias foram as “Posturas Municipais” e ações das elites para a desarticulação dos territórios de escravizados, livres e libertos no Recife. A busca por melhores condições de vida por parte desta população despertara o “medo branco” da liberdade dos negros, engendrando um controle e repressão sobre as manifestações de origem africana, tidas como práticas de “desordem” e “mau costume”. Os territórios de gente pobre passaram a sofrer coações, em especial os endereços dos negros, concebidos como espaços de suspeição das autoridades policiais jurídicas e médicas.

O poder institucionalizado delimitava os espaços dos negros na cidade, isolando-os em lugares de maior controle policial. Quando não proibia suas práticas, afastava-as dos cenários “europeus” do Recife ou prendia seus adeptos. Ainda no século XVIII, maracatus e xangôs já sofriam perseguições de autoridades eclesiásticas na cidade. No entanto, o governador da província de Pernambuco, José César de Menezes (1774-1787), resguardou um pouco de liberdade aos escravizados posicionando-se a favor das suas manifestações, contrariando as autoridades católicas e membros da administração colonial. A tolerância de José de Menezes se estendeu às organizações promovidas pela Irmandade do Rosário, como a “Coroação do Rei do Congo” e a entrega de patentes nas corporações de trabalho escravo, continuando a existir no seu governo e durante o de Thomas José de Melo (1787-1798) (MELLO, 1952).

Já no século XIX, no governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro (1809-1817), a permissividade sobre as coisas dos negros se encerrou. Em 1812, em carta enviada à Corte, Montenegro se referia ao abuso de concessão de patentes aos negros, temendo insurgências dos mesmos a partir destas. Logo, ordenou-se a cassação dos cargos, determinando o fim das organizações escravas. Em contrapartida, focos de resistência negra eclodiram contra a forte repressão. O poder provincial, por sua vez, acabou realizando buscas nas casas dos suspeitos: na Boa Vista, em Afogados, e no Largo das Cinco Pontas, em São José. Com o aumento de cativos, o governador facultou a nomeação de “capitães do mato”, com o objetivo de acalantar as desordens (TORRES, 1997).

Daí em diante, o controle acabou se intensificando, especialmente após a criação das “Posturas Municipais”, conforme já destacado, malgrado o Código Penal de 1830 que não restringia em seus artigos as práticas culturais e patentes dos negros. O próprio caminhar dos oriundos da África passou a ser fiscalizado, exigindo-se o porte de “bilhete” como condição de “liberdade” (MAIA, 1995). Em 1856, o Diário de Pernambuco noticiou a ação policial contra os maracatus do Rosário, acusando-os de “algazarras” na Praça da Boa Vista.⁶ Em 1868, os mesmos maracatus foram proibidos de se apresentarem, sendo realocados para o Cais do Capibaribe, para a área vigiada do Gasômetro, vizinho à temida Casa de Detenção (MELLO, 1975).

No último quartel do século XIX, essa repressão fez algumas vítimas frequentes, como a afro-religiosa “laiá de Ouro”, que foi várias vezes presa na Casa de Detenção, durante o decênio de 1870, sendo acusada de “feitiçaria”, prostituição e crimes diversos, inclusive assassinatos. A partir de sua clientela e “negócios”, a feiticeira Feliciano Maria Olímpia fizera fortuna, possuindo cativos e mantendo relações com homens influentes, como o Secretário de Polícia Eduardo de Barros. Através destes contatos, laiá refez suas táticas de resistência, defendendo seus territórios vividos por excelência no bairro de São José (COSTA, 2009).

Com a decretação do Código Penal de 1890, a repressão aos afro-religiosos institucionalizou-se, logo após a Abolição da Escravatura e o advento da República. O código legitimou artigos possíveis de enquadrar os xangôs, proibindo crenças “curandeirísticas” e práticas voltadas a “explorar a credulidade alheia” através de supostos “meios sobrenaturais”. A nova ordem republicana e burguesa foi incisiva no combate aos “crimes à saúde pública”, agindo com repressão contra os adeptos dos cultos afro-

⁶ DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 11 de novembro de 1856.

brasileiros, comumente acusados de “feitiçaria”, “charlatanismo” e “falsa medicina”. Nos bairros de São José e Afogados, os afro-religiosos eram vigiados e perseguidos, o mesmo ocorrendo com os maracatus, os quais também abrigavam terreiros de xangô, conforme já ressaltado.

Com a institucionalização da repressão, combinada à modernização, higienização, ao aumento populacional e à escassez de moradia do Recife, os negros acabaram seguindo os caminhos em direção aos arredores da cidade, que se expandia do centro quase insular para as terras drenadas pelos rios da planície, entre o fim do século XIX e começo do XX. Conforme visto, os negros e seus mocambos sofriam protestos e perseguição pela imprensa em formação, pelo saber médico-higienista e pela Igreja Católica, com a polícia expulsando suas manifestações dos bairros centrais. Com o afrouxamento do sistema escravista, os livres e libertos se deslocaram da geografia negra dos “bairros-ilhas” para espaços circunvizinhos (Afogados e Santo Amaro) e para arredores mais distantes da planície, seguindo os cursos dos rios e estradas, em busca de melhores oportunidades de trabalho, renda e moradia. Nas antigas terras de engenhos, nos sítios, nos mangues e alagados, os negros foram se refugiando em seus mocambos, xangôs e catimbós, na divisa com Olinda, conforme revela a figura 5 - *Pormenor dos xangôs nos arrabaldes do rio Beberibe, a “Catimbolândia”, no decênio de 1930.*

Desde o fim do tráfico negreiro, as nações foram ressignificadas pelos africanos em espaços sagrados dentro do território brasileiro, tornando-se lugares de memória para os negros, no âmbito das transformações urbanas, políticas e econômicas do Brasil com a Abolição e o advento da República. No Recife, as nações abrigadas em xangôs foram se refugiando nos arredores, tanto as vindas dos “bairros-ilhas”, como as vindas de outros espaços nordestinos. A maioria concentrou-se nos arrabaldes do rio Beberibe e do afluente Água Fria. Os xangôs de origem jêje-nagô, xambá, xanhá, savalu e calabar, oriundos de Angola, Congo e Costa da Mina, foram erguendo seus mocambos em meio a sítios, alagados, tufos de matas e morros dos arredores do Beberibe, verdadeiros “arredores-esconderijos”, em alusão à ideia de “cidade-esconderijo”, de Sidney Chalhoub (1998), ligada à população negra “infiltrada” na Corte Imperial do Rio de Janeiro.⁷

⁷ Em sua maioria, essas linhagens de culto procederam de cativos oriundos de Angola/Congo. Outra menor parte adveio do atual “Golfo do Benin” (antiga Costa da Mina), abrangendo o leste de Gana, Togo, as cidades do Porto Novo e Uidá, no Benin, e parte ocidental da Nigéria (COSTA, 2013; VALENTE, 1955). As trocas culturais entre os povos destes territórios foram fundamentais para o complexo religioso dos xangôs no Recife, e, conseqüentemente, das casas de culto estabelecidas na “Catimbolândia”, nos arredores do Beberibe.

No caso do Recife, os refúgios dos negros se constituíam em áreas pouco povoadas, e, assim, menos vigiadas. No começo do século XIX, os cativos escapavam do senhorio pelo leito do Beberibe, contando com as redes de solidariedade de negros canoeiros, para, em seguida, embrenha-se por àquelas terras rumo ao território de resistência do Quilombo do Malunguinho, nas Matas do Catucá, adjacência do povoado de Beberibe. Com a Abolição, os egressos da escravidão foram seguindo as estradas à noroeste do Recife, fixando-se em loteamentos abertos às margens dos trilhos dos trens. Os xangôs seguiram esse caminho, construindo seus mocambos em sítios e alagados de Água Fria, Arruda, Fundão, Encruzilhada, Beberibe e Campo Grande. Durante a década de 1930, havia cerca de 35 terreiros nestes arredores (HALLEY, 2017).

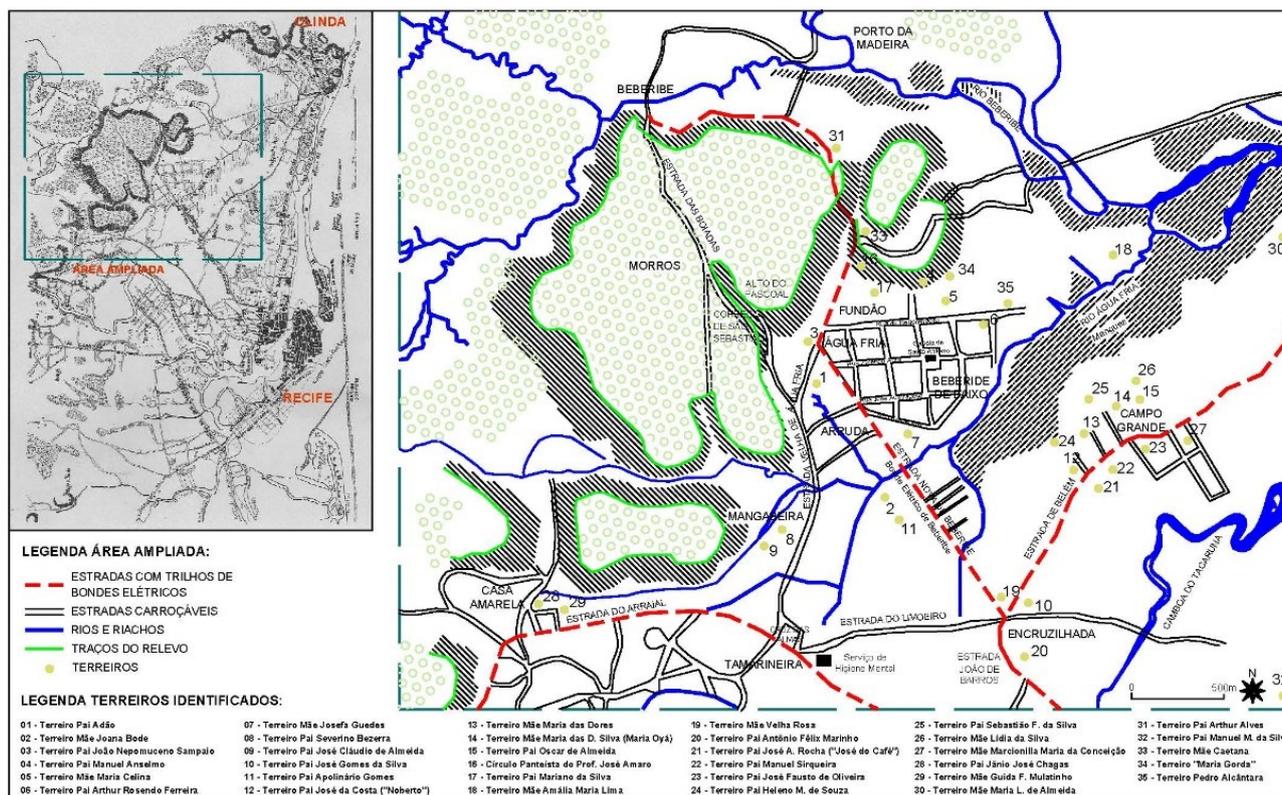


Figura 5 - Pormenor dos xangôs nos arredores do rio Beberibe, a “Catimbolândia”, no decênio de 1930 (“Planta da Cidade do Recife e seus Arredores – 1876”, de F. H. Carls).

Fontes: Fernandes (1937); Diário de Pernambuco de 1938, entre outras. Desenho: Halley (2017).

Os xangôs mais conhecidos eram os de Pai Adão, do Pai Rosendo, de Manuel Anselmo, de Oscar de Almeida, de Apolinário, da Mãe Maria das Dores, de Joana Bode, entre outros. A fundadora do “Sítio de Pai Adão”, a ialorixá “Tia Inês” residia no Pátio do Terço, em São José, até receber de herança uma terra em Água Fria, no último quartel do século XIX, onde organizou seu terreiro (HALLEY, 2017). O xangô dos pais de Oscar de Almeida também se localizava em São José, nas circunvizinhanças do mercado, até o

início do século XX, tendo sido deslocado para os arredores do Beberibe, junto com a comunidade de pretos da Costa (FERNANDES, 1937). Pai Rosendo, por sua vez, residia em Maceió, em Alagoas, junto com seu povo Xambá, quando ocorreu o movimento político-policial *O Quebra*, em 1912, contrário aos xangôs da cidade, o que resultou, tempo depois, na transferência do seu terreiro para Água Fria, na capital pernambucana (GUERRA, 2010).

A partir destes deslocamentos rumo aos arredores do Beberibe foi se formando, no dizer de Freyre (1979, p. 29-30), uma “subárea do Recife inconfundivelmente africanóide, proletária e plebeia na sua composição étnica e na sua estrutura sociocultural”. Nesta “Catimbolândia”, os povos de santo foram se reunindo em mocambos, buscando se refugiar das opressões da época, em especial do aparato policial. Contudo, mesmo distantes dos bairros centrais da “Veneza Americana”, os xangôs passaram a ser vigiados pelo Serviço de Higiene Mental de Pernambuco – S.H.M., com sede no Hospital de Alienados da Tamarineira, entre os anos de 1920 e 1930. Os médicos-psiquiatras, baseados em noções eugenistas, concebiam as práticas dos negros a partir da categoria “loucura”, tratando-os como sujeitos “débeis”.

Neste novo contexto, os xangôs eram vistos como “espaços doentios”, redutos de “psicopatas” em estado de “histeria”, em pleno *bas-fond* do Beberibe. Neste instante, a elite letrada alcançara o “esconderijo” dos terreiros, passando a regulá-los e vigiá-los não mais a partir da polícia e do “controle panóptico” da Casa de Detenção, mas através da ciência psiquiátrica e das ideias construídas por intelectuais regionalistas, como Gilberto Freyre. Daí assentou-se um dos aspectos das negras geografias do Recife entre os séculos XIX e XX: o controle deslocando-se dos “bairros-ilhas” para os arredores, com os povos dos orixás reconstruindo seus mecanismos de resistência frente aos opositores da crença (HALLEY, 2017).

REFERÊNCIAS

AMARAL, F. P. **Escavações**: fatos da história de Pernambuco, Recife, 1884. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974. 280p.

ANDRADE, M. C. de. **Recife**: problemática de uma metrópole em região subdesenvolvida. Recife: UFPE, 1979. 119p.

ARAÚJO, R. de C. B. de. **As praias e os dias**: história social das praias do Recife e de Olinda. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007. 432p.

BARRETO, A. M. M. **O Recife através dos tempos** – formação de sua paisagem. 1990. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1990.

BRANDÃO, M. C. A localização dos xangôs na cidade do Recife. **Revista Clio**, n. 11, p. 117-135, 1988.

CABRAL DE MELLO, E. Canoas do Recife. In: DANTAS SILVA, L.; MAIOR, M. S. **O Recife** - Quatro séculos de sua paisagem. Recife: Ed. Massangana, 1992. p. 193-226.

CARVALHO, M. J. M. **Liberdade** – rotinas e rupturas do escravismo no Recife, 1822-1850. Recife: Editora Universitária, 2010. 356p.

CASTRO, J. **Documentário do Nordeste**. 4. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968. 184p.

CASTRO, J. **Fatores de localização da cidade do Recife**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional - Brasil, 1948. 84p.

CAVALCANTI, V. B. **Recife do Corpo Santo**. 1. ed. Recife: PMR/Secretaria de Educação e Cultura, 1977. 387p.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano** – artes de fazer. 22. ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2005. 320p.

CHALHOUB, S. **Visões da liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 287p.

COSTA, V. **Trajetórias negras** – os libertos da Costa d'África no Recife (1846-1890). 2013. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

COSTA, V. Iaiá de Ouro, uma parda feiticeira do São José: práticas religiosas, espaços urbanos e escravidão no Recife. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL. 4., 2009, Curitiba. **Anais...** Curitiba. 2009.

FERNANDES, A. G. **Xangôs do Nordeste**: investigações sobre os cultos negro-fetichistas do Recife. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1937. 158p.

FIGUEIRA DE MELLO, J. M. **Ensaio sobre a estatística civil e política de Pernambuco**. Recife: Conselho Estadual de Cultura, 1979. 120p.

FIGUEIREDO, A. P. de. O Recife em 1857. In: DANTAS SILVA, L.; MAIOR, M. S. (Orgs.). **O Recife** - Quatro séculos de sua paisagem. Recife: Ed. Massangana, 1992. p. 167-192.

FERREZ, G. **O álbum de Luís Schlappriz**: memória de Pernambuco - álbum para os amigos das Artes – 1863. Recife: Fundação da Cidade do Recife, 1981. 90p.

FONSECA, J. A. de. Bases para um plano de edificação da cidade. In: MELLO, J. A. G. de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste, 1840-1889**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1975.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da Prisão**. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1996. 296p.

FREYRE, G. **Sobrados & mocambos**. 15. ed. São Paulo: Global, 2004. 976p.

FREYRE, G. Pai Adão, babalorixá ortodoxo. In: FREYRE, G. **Pessoas, coisas & animais**. São Paulo: Círculo do Livro, 1979, p. 29-30.

FREYRE, G. **Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife**. Rio de Janeiro: José Olympio Editôra, 1968. 264p.

GRAHAM, M. O Recife em tempo de revolução. In: DANTAS SILVA, L.; MAIOR, M. S. **O Recife - Quatro séculos de sua paisagem**. Recife: Ed. Massangana, 1992. p. 121-142.

GUERRA, L. H. B. **Xangô rezado baixo - Xambá tocando alto: a reprodução da tradição religiosa através da música**. 2010. 185 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

HALLEY, B. M. **Catimbolândia – tramas negras do xangô na Veneza Americana – arredores do rio Beberibe (Recife, 1867-1945)**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

KOSTER, H. A Vila de Santo Antônio do Recife. In: SILVA, L. D.; MAIOR, M. S. **O Recife - Quatro séculos de sua paisagem**. Recife: Ed. Massangana, 1992. p.77-88.

MACHADO, R. **Da(na)ção da norma**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. 362p.

MAIA, C. N. **Sambas, batuques, vozerias e farsas públicas: o controle social sobre os escravos em Pernambuco no séc. XIX (1850-1888)**. 1995. 142 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Recife, 1995.

MELLO, J. A. G. de. **O Diário de Pernambuco e a história social do Nordeste, 1840-1889**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1975. 566p.

MELLO, J. A. G. de. **Ingleses em Pernambuco**. Recife: história do cemitério britânico do Recife e da participação de ingleses e outros estrangeiros na vida e na cultura de Pernambuco, no período de 1813 a 1909. Recife: IAHGP, 1972. 105p.

MELLO, J. A. G. Um governador colonial e as seitas africanas. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano – RIAP**, Recife, v. 42, p. 41-45, 1952.

MENEZES, J. L. da M. **Atlas histórico cartográfico do Recife**. Recife: Massangana, 1988.

OUTTES, J. **O Recife pregado à cruz das grandes avenidas – contribuição à história do urbanismo (1927-1945)**. 1991. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1991.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Arredores do Recife**. Recife: Fundação de Cultura da Cidade do Recife, 1981.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Vocabulário pernambucano**. 2. ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco, 1976.

REAL, K. **O folclore no carnaval do Recife**. Recife: FUNDAJ, 1977. 265p.

RIBEIRO, R. **Cultos afrobrasileiros no Recife**. Recife: FUNDAJ, 1978. 162p.

RUGENDAS, J. M. Duas Cidades distintas. In: DANTAS SILVA, L.; MAIOR, M. S. (Orgs). **O Recife** - Quatro séculos de sua paisagem. Recife: Ed. Massangana, 1992. p. 143-46.

SILVA, M. H. **Pretas de honra** – vida e trabalho de domésticos e vendedoras no Recife do século XIX (1840-1870). Recife: Editora Universitária/UFPE, 2011. 296p.

TORRES, C. V. **Um reinado de negros em um Estado de brancos**: organização de escravos urbanos em Recife no final do século XVIII e início do século XIX, 1774-1815. 1997. 159 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

TOLLENARE, L. F. Sob o céu do Recife. In: DANTAS SILVA, L.; MAIOR, M. S. (Orgs.). **O Recife** - Quatro séculos de sua paisagem. Recife: Ed. Massangana, 1992. p. 89-104.

VALENTE, W. **Sincretismo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Nacional, 1955. 216p.

FONTES MANUSCRITAS

ARQUIVO PÚBLICO ESTADUAL (Recife): “Relação Numérica da População Livre e Escrava do Primeiro Distrito do Termo do Recife”, 10/01/1856 (*apud* CARVALHO, 2010).

BRASIL – Regimento dos Municípios, Lei de 1º de Outubro de 1828 – criando em cada cidade e vila do Império as Câmaras Municipais. Ver, Tit. II, Art. 66.

Dados do Primeiro Recenseamento da População Geral do Império (*apud* COSTA, 2013)

FONTES IMPRESSAS

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 10 de fevereiro de 1872.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 11 de novembro de 1856.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, Recife. 1º de Julho de 1845.

FECHADOS PELA POLÍCIA VÁRIOS XANGÔS. **Diário de Pernambuco**, Recife, 13 de fev. 1938. Edição Matutina.

Recebido: 01.04.2022

Aceito: 01.02.2023